



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.182, DE 2024** **(Do Sr. Pastor Gil)**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, o rastreamento da hipofosfatasia.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E  
FAMÍLIA;  
SAÚDE;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. PASTOR GIL)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, o rastreamento da hipofosfatasia.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O inciso II do §1º do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “e”:

“Art. 10.....

.....

§1º .....

.....

II - .....

.....

e) hipofosfatasia;

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A hipofosfatasia é uma doença genética rara, caracterizada por uma série de sintomas que afetam a formação e a mineralização dos ossos e dentes, especialmente em crianças. Essa condição, que pode variar em gravidade, é causada por mutações no gene ALPL, responsável pela produção



da fosfatase alcalina óssea, enzima essencial para o metabolismo ósseo e dental.

Os pacientes com hipofosfatasia podem apresentar deformidades ósseas severas, fraturas e perda prematura de dentes, o que pode comprometer significativamente a qualidade de vida, principalmente se o diagnóstico não for realizado precocemente. A detecção antecipada da hipofosfatasia é muito relevante, pois possibilita o início de tratamentos que podem minimizar os impactos da doença, como o acompanhamento ortopédico e odontológico, e o uso de terapias de reposição enzimática.

Diante da importância de um diagnóstico precoce para garantir uma melhor qualidade de vida aos portadores de hipofosfatasia, este Projeto de Lei pretende alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para incluir, no Programa Nacional de Triagem Neonatal, o rastreamento dessa doença.

A proposta visa a ampliar o escopo da triagem neonatal já consolidada no Brasil, para detectar também a hipofosfatasia em recém-nascidos. A implementação desse rastreamento poderia resultar em um início oportuno do tratamento, desde o início das vidas destas crianças, o que potencialmente reduziria complicações graves e melhorando significativamente o prognóstico.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação desta proposição, que representa um avanço significativo na detecção precoce dessa doença genética rara, podendo fazer a diferença na vida de diversas crianças em nosso país.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado PASTOR GIL PL/MA





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO  
DE 1990**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html>

**FIM DO DOCUMENTO**